

---

# Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / [www.aslegis.org.br](http://www.aslegis.org.br)

---

---

# Norma culta: pérola natural ou cultivada?

**Cláudia Gomes Paiva**

Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados  
*Área de Redação*

De cada trinta ou quarenta moluscos, extrai-se uma única pérola. Bem se vê que se trata de um presente da natureza cuja posse é restrita. Sua produção só é multiplicada em virtude da ação do homem, que, respeitando os mesmos princípios de formação da “rainha das gemas” natural, introduz no molusco um corpo estranho, em torno do qual se desenvolverá a pérola cultivada, que será tão legítima quanto a primeira.

Por analogia, no que se refere a estudos lingüísticos, a norma culta de um idioma pode ser comparada a uma pérola: trata-se do modelo prestigiado de língua restrito ao grupo das pessoas cultas, que, no Brasil, sabe-se, representa uma minoria.

Sendo assim, que “língua” falam os demais brasileiros que, por razões políticas, econômicas, sociais e culturais, não pertencem a tão seletivo grupo?

Outra relevante questão também se impõe: que tipo de tratamento é oferecido a esses indivíduos que não dominam a norma culta da língua portuguesa?

É ponto pacífico entre os especialistas da área o fenômeno da coexistência do português-padrão e do português não-padrão. Este engloba as muitas variedades da língua falada em todo o Brasil; aquele, o minoritário grupo já descrito.

Lamentavelmente, à riqueza da diversidade e às infinitas possibilidades de seu estudo, tem-se respondido com o comportamento que Marcos Bagno esmiúça, até mesmo a partir do título, em seu livro *Preconceito lingüístico, o que é, como se faz*.

Segundo o autor, o falante de português não-padrão sofre atroz discriminação oriunda de causas socioeconômicas, e que se reflete no campo da língua. O desprestígio e a estigmatização são impostos ao indivíduo de tal modo que ele chega a ser solitariamente responsabilizado pelo eventual fracasso quanto à aprendizagem da norma culta.

A escola, em lugar de partir da bagagem lingüística do aluno, para então apresentá-lo à norma culta, aprofunda o fosso que separa o falante culto do não culto, na medida em que rotula a diferença como erro, reforçando o papel da língua como instrumento de dominação.

Na verdade, outra relação bipolar mais ampla se estabelece como pano de fundo para a dicotomia norma culta – variantes não-padrão: oralidade x escrita.

Entende-se por oralidade todos os eventos da modalidade sonora da língua, aí incluídas manifestações expressivas de outra ordem, como a gestual. A escrita, por sua vez, caracteriza-se pela utilização de elementos gráficos, não necessariamente unidades alfabéticas (unidades ideográficas, por exemplo).

Há algum tempo, estudos apontam para uma relação de complementaridade entre as duas vertentes; deixou-se, portanto, de considerá-los simples opostos. Dessa perspectiva, e de acordo com as intenções inerentes ao processo comunicativo, uma carta pessoal (modalidade escrita) está para uma conversa espontânea (modalidade oral), do mesmo modo que um texto acadêmico (escrita) está para um discurso oficial (oral).

Embora estejamos diante de um posicionamento teórico extremamente sensato – fruto de inúmeras pesquisas –, quando os holofotes se voltam para o papel da norma culta, parece não terem sido absorvidos os avanços descritos. Impõe-se injustificada supremacia da escrita em relação à fala, da gramática normativa em relação ao uso. Pavimenta-se, assim, o caminho para que o preconceito lingüístico se consolide, voltamos a dizer, propagando uma discriminação de origem eminentemente socioeconômica.

Assim, merece profunda crítica a postura que insiste em colocar uma camisa-de-força normativista nos fenômenos característicos da fala.

E, como se já não bastassem os equivocados procedimentos metodológicos do sistema escolar, vem-se agregar a eles a força danosa do que Bagno denomina “comandos paragramaticais”.

Incluem-se no grupo gramáticos tradicionalistas que insistem em enquadrar a vasta complexidade dos fenômenos lingüísticos na estreita forma de inflexíveis regras gramaticais, bem como professores, jornalistas e outros profissionais que aderiram à onda das “receitas mágicas para não errar”.

Lamentavelmente, esses paladinos da norma culta nem sempre possuem formação específica na área de Letras, fato impeditivo a que a descrição dos fenômenos da língua se dê segundo critérios científicos.

Para fundamentar as idéias até aqui expostas, seguem-se alguns exemplos que se encaixam no conceito de preconceito lingüístico defendido por Marcos Bagno.

A **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, de Domingos Paschoal Cegalla, traz no capítulo de ortoépia extensa lista assim introduzida: “*Registramos aqui alguns casos mais freqüentes de **pronúncias** errôneas e, ao lado, as pronúncias corretas*” (destaque meu). Seguem-se incríveis exemplos como /douze/ - /doze/, /Efigênia/ - /Ifigênia/, /impecilho/ - /empecilho/, /pissicologia/ - /psicologia/, /advinhar/ - /adivinhar/, /freiar/ - /frear/.

Do ponto de vista científico, que parâmetros foram utilizados para classificar, por exemplo, /advinho/ como “erro”, em oposição a /adivinho/, forma considerada “correta”? A 36ª edição da Gramática infelizmente não responde à pergunta.

Os volumes I e II da série **Língua Viva**, de Sérgio Nogueira Duarte, cuja proposta é a realizar “*uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*”, têm os capítulos pontuados de *Dicas*, *Dúvidas* e *Desafios*, sendo que, nestes últimos, alternam-se basicamente as perguntas “onde está o erro?” e “qual é o certo?”

As “pílulas de sabedoria” tentam ser bem-humoradas, mas misturam impunemente realizações da língua falada com as da língua escrita. Afinal, como asseverar que *alejado* ou *cabelereiro* constituem “erros” – em oposição às

formas “corretas” *aleijado* e *cabeleireiro* – se estudos sociolinguísticos já indicam que, na fala, a redução do ditongo *ei* em *e* é ocorrência que se observa tanto no português-padrão quanto no português não-padrão?

É de citar também a **Gramática em 44 lições** – título por demais sugestivo. Francisco Platão Savioli conclui sua obra com o capítulo “Correção de Frases”, afirmando que *“correto é todo uso lingüístico que se encaixa dentro das normas da língua-padrão (sic); errado é todo uso que se desvia dela”* (destaques do autor). É interessante que, para chegar a uma definição de língua-padrão, o autor reconhece que a língua sofre variações regionais, sociais e situacionais, além do fato de estar a norma culta reservada a ocorrências formais. Se isso é verdade – e é –, não se justifica, pois, rotular de “erro” o que é apenas “diferente”.

Por último, também digno de registro o texto veiculado na revista **Veja**, de 7 de novembro de 2001, sob o título “Falar e escrever, eis a questão”. O repórter João Gabriel de Lima, no impressionante espaço de nove páginas, limita-se a detalhar a trajetória de professores muitíssimo bem-sucedidos no mercado editorial à custa da propagação do preconceito lingüístico.

Como não poderia deixar de ser, a matéria incluiu um teste cujo comando é: *“assinale com um C as frases gramaticalmente corretas e estilisticamente aceitáveis na norma culta e com um E as erradas” (sic)*.

Curiosamente, não foi colhida nenhuma opinião de lingüistas ou de professores envolvidos – ainda que levemente – com a pesquisa científica. A solitária referência ao pensamento acadêmico, no fim da matéria, surge apenas para qualificá-lo de *“raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular”*.

Ora, os especialistas no estudo da língua não preconizam que *“os ignorantes continuem a sê-lo”*, como afirmou o jornalista. Trata-se, na verdade, de valorizar a bagagem lingüística do falante, a competência comunicativa dos muitos grupos sociais que formam este País.

Concluindo, a língua portuguesa não está em crise, como alardeiam os “defensores de plantão” da língua. Ela está, sim, em incessante movimento, seja a norma culta, sejam as variedades não-padrão.

O que, de fato, enfrenta grave crise é o ensino da língua portuguesa. As metodologias precisam ser revistas de modo a garantir que os falantes, notadamente os menos favorecidos, tenham efetivo acesso à norma culta, não como elemento retroalimentador da exclusão social como tem ocorrido, mas como mais uma possibilidade a ser empregada na concretização do processo comunicativo.

Marcos Bagno afirma não existir sistema escrito que reproduza fielmente a riqueza da língua falada. E também que a modalidade escrita de uma língua possui caráter simbólico, sendo uma única representação para variadas interpretações.

Importa, pois, não acirrar a discussão em torno da dicotomia língua escrita – língua falada por intermédio da paranóia prescritivista, mas valorizar as duas vertentes em suas especificidades, respeitando a relação complementar que partilham.

Retomando a metáfora do início desta reflexão, se a língua-padrão pode ser comparada a uma pérola em decorrência de sua quase inacessibilidade, cabe a nós, especialistas no estudo da língua, trazê-la o mais próximo possível do falante, semelhantemente ao trabalho empreendido pelos cultivadores de pérolas.

### Referências bibliográficas:

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico, o que é, como se faz*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Língua de Eulália*. novela sociolingüística. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 36.ed. São Paulo: Nacional, 1993.

DUARTE, S. N. *Língua viva*. uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Vol. I.

\_\_\_\_\_. *Língua viva*. uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Vol. II.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. & AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita*. perspectivas para o ensino de língua materna. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, J. G. Falar e escrever, eis a questão. *Veja*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 44, p.104-112, nov. 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*. atividades de retextualização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIOLI, F. P. *Gramática em 44 lições*. 24.ed. São Paulo: Ática, 1994.